



ISSN: 1988-5245
<https://doi.org/10.51896/delos>

DELOS. DESARROLLO LOCAL SOSTENIBLE

D I C E latindex IDEAS EconPapers Dialnet INDICES CSIC MIAR SUCUPIRA

AGRICULTURA FAMILIAR E AGROECOLOGIA: ESTUDO DE CASO EM DIAMANTE DO SUL, PARANÁ, BRASIL

Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno

Doutoranda em Desenvolvimento Rural Sustentável. Universidade Estadual do Oeste do Paraná.
<https://orcid.org/0000-0003-3291-4221>
taiane_nep@hotmail.com

Ethol Exime

Doutorando em Desenvolvimento Rural Sustentável. Universidade Estadual do Oeste do Paraná.
<https://orcid.org/0000-0002-6962-8088>
eeetholl@hotmail.com

Alvori Ahlert

Pós-Doutor em Educação. Professor Associado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.
<http://orcid.org/0000-0001-9984-6409>
alvoriahlert@yahoo.com.br

RESUMO

Este artigo teve como objetivo discutir condições de produção agroecológica e de renda na agricultura familiar em Diamante do Sul, estado do Paraná, Brasil. Com pesquisa de natureza qualitativa, usou-se a metodologia comparativa para discutir os dados de entrevistas não-estruturadas com base em um questionário composto por 21 perguntas como roteiro de diálogos com duas agricultoras, denominadas unidades A e B, no município de Diamante do Sul, região Oeste do estado do Paraná, Brasil. A produção orgânica das pesquisadas é diversificada e apresenta diversos traços de práticas sustentáveis, com enfoque na solidariedade para a segurança alimentar. Ambas estão vinculadas a programas públicos de entrega de alimentos e apoio à agricultura familiar. Concluiu-se que a falta de investimentos públicos e a carência de assistência técnica na agricultura local tem afetado a produção e a renda das unidades pesquisadas.

Palavras-Chave: Agricultura Familiar, Agroecologia, Renda.

FAMILY FARMING AND AGROECOLOGY: A CASE STUDY IN DIAMANTE DO SUL, PARANÁ, BRAZIL

ABSTRACT

This article aimed to discuss conditions of agroecological production and income in family farming in Diamante do Sul, state of Paraná, Brazil. With research of a qualitative nature, the comparative methodology was used to discuss data from unstructured interviews based on a questionnaire composed of 21 questions as a script for dialogues with two women farmers, called units A and B, in the municipality of Diamante do Sul, western region of the state of Paraná, Brazil. The organic production of the researched women is diversified and presents several traces of sustainable

practices, with a focus on solidarity for food security. Both are linked to public programs of food delivery and support for family farming. It was concluded that the lack of public investments and the lack of technical assistance in local agriculture have affected the production and income of the surveyed units.

Keywords: Family agriculture, Agroecology, Revenue.

AGRICULTURA FAMILIAR Y AGROECOLOGÍA: UN ESTUDIO DE CASO EN DIAMANTE DO SUL, PARANÁ, BRASIL

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo discutir las condiciones de producción e ingresos agroecológicos en la agricultura familiar en Diamante do Sul, Estado de Paraná, Brasil. Con una investigación de carácter cualitativo, se utilizó la metodología comparativa para discutir los datos de las entrevistas no estructuradas basadas en un cuestionario compuesto por 21 preguntas como guión para los diálogos con dos agricultoras, denominadas unidades A y B, en el municipio de Diamante do Sul, región oeste del estado de Paraná, Brasil. La producción ecológica de las mujeres investigadas está diversificada y presenta varios rasgos de prácticas sostenibles, con un enfoque de solidaridad para la seguridad alimentaria. Ambos están vinculados a programas públicos de entrega de alimentos y apoyo a la agricultura familiar. Se concluyó que la falta de inversión pública y la falta de asistencia técnica en la agricultura local han afectado a la producción y los ingresos de las unidades encuestadas.

Palabras clave: Agricultura familiar, Agroecología, Renta.

INTRODUÇÃO

A produção de alimentos é indispensável para o mundo, já que todos dependem desta atividade para a sua sobrevivência. Neste contexto, a agricultura familiar, como prática de diversificação produtiva, segurança alimentar, autonomia, solidariedade e, na lógica contra hegemônica da agricultura industrial que se expande cada vez mais no Brasil, tem assumido papel relevante na redução da pobreza rural em diversos contextos e regiões.

A agricultura familiar é um fenômeno multidimensional; é um modo de vida capaz de colaborar com uma vida digna no campo, na geração de emprego e renda aos agricultores. E, justamente nesta perspectiva, ela vincula-se à sua localidade, incorporando valores culturais, práticas ambientais e tradições, que promovem ações agrícolas sustentáveis, dinâmicas e de fortalecimento das cadeias curtas de comercialização (Ploeg, 2014). Entretanto, as famílias em condições socioeconômicas desfavoráveis são mais frágeis, quer do ponto de vista estrutural ou até mesmo da falta de inserção em diferentes mercados e circuitos.

Uma das maneiras de incentivar e fortalecer a agricultura familiar consiste, pois, na efetivação de estratégias, ações políticas eficientes e localizadas, que podem reduzir a dependência social, econômica, ambiental e política dos agricultores. Isto, além de fortalecer a autonomia desses, promove a manutenção das famílias no meio rural e o desenvolvimento territorial (Farias et al., 2017).

Os problemas relacionados à produção de alimentos no mundo tem sido um desafio constante, principalmente nos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos, que sofrem com a falta de produção de alimentos saudáveis, comidas produzidas a baixo custo e acessíveis para todos no mundo. Esse problema está enraizado na escassez de investimentos, políticas públicas que não cumprem com o papel original a que foram propostas ou destinadas inicialmente em função das necessidades dos agricultores.

Assim, os recursos disponíveis se tornam escassos pelo modo de produção, as vezes por falta de incentivos pelos poderes públicos para uma boa produção de qualidade, comprometendo o alimentar-se, que deve ser compreendido como um direito a todos e para todos, sem exclusão. “O direito humano à alimentação adequada está no artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Esta definição faz parte de outros dispositivos do Direito Internacional, como o artigo 11 do Pacto de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e o Comentário Geral nº 12 da ONU” (Zanini; Soares; Ahlert, 2021, p. 4).

Embora muitas dessas fragilidades tenham sido alvo de discussões científicas nos últimos anos, os estudos in loco são escassos, principalmente quando se pensa na produção agroecológica de municípios com baixo índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) e cujos são constituídos principalmente pela agricultura familiar. Além disso, pouca atenção é direcionada para essas comunidades rurais, com enfoque em compreender as dinâmicas da agricultura orgânica desenvolvidas por elas.

Desta forma o objetivo deste artigo foi discutir aspectos das condições de produção agroecológica e de renda na agricultura familiar em Diamante do Sul, estado do Paraná, Brasil.

MATERIAL E MÉTODOS

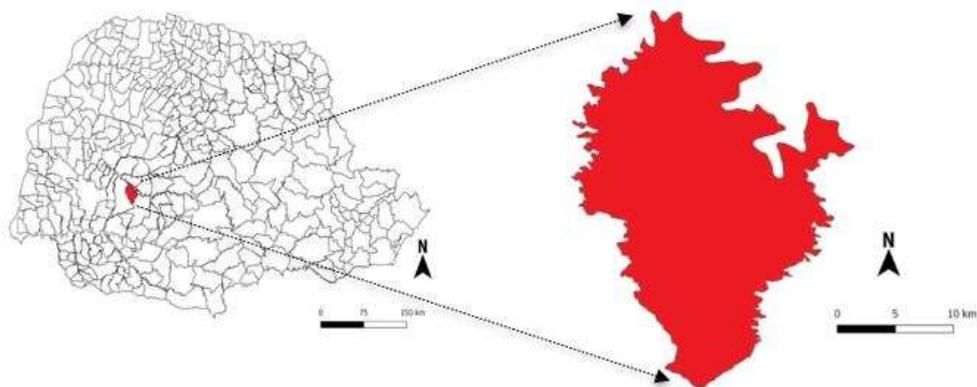
Nesta seção apresentamos a caracterização da área estudada e os instrumentos metodológicos usados na pesquisa. Essa seção tem a função de ambientar o leitor sobre as condições que o estudo foi realizado.

Caracterização da cidade Diamante do Sul- PR

O presente artigo foi desenvolvido no município de Diamante do Sul, localizado na região Oeste do estado do Paraná, Brasil, conforme se verifica na Figura 1.

Figura 1.

Localização geográfica do município de Diamante do Sul, no estado do Paraná, Brasil.



Fonte: Suporte Geográfico 77, 2021.

Segundo o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010) possui uma população de cerca de 3.510 habitantes, onde aproximadamente 59,9% vivem na área rural. O município em estudo possui uma área territorial de 347,168 km², conforme o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES (2021).

Este município possui um dos mais baixos índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) do Paraná e é constituído por 544 estabelecimentos agropecuários, os quais ocupam uma área de 29.921ha, formados em sua maioria por pequenos estabelecimentos (IparDES, 2019; 2021). Tais estabelecimentos são caracterizados especialmente pela agricultura familiar, na produção de hortaliças, sericultura e pecuária (Prefeitura Municipal de Diamante do Sul, 2016).

Abordagem metodológica e instrumentos

A natureza deste artigo é qualitativa, realizou-se a partir de entrevistas abertas, no Brasil, no município de Diamante do Sul, estado do Paraná. Esta pesquisa se classifica como qualitativa com intuito de gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos (Gil, 2008). Usou-se a metodologia comparativa, na tentativa de discutir e analisar as experiências de agricultores familiares que iniciaram com entrevistas não-estruturadas, a partir de um questionário composto por 21 perguntas norteadoras, utilizado como ferramenta de coleta de dados no mês de dezembro de 2021. O questionário foi organizado em três momentos, a citar: a) perfil das entrevistadas; b) experiências, renda e comercialização; e, c) benefícios e desafios na agricultura familiar. Os dados das entrevistas/diálogo foram transcritos na linguagem, com termos e acentos próprios, das próprias agricultoras para manter a fidelidade das falas das entrevistadas.

O método comparativo foi escolhido por oportunizar maior segurança em pesquisas que visam investigar as experiências dos produtores, pois, o método comparativo é usado tanto para comparações de grupos no presente, no passado, ou entre os existentes e os do passado, quanto entre sociedades de iguais ou de diferentes estágios de desenvolvimento (Lakatos e Marconi, 2003, p. 107).

Vale destacar que os agricultores foram entrevistados após o preenchimento e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, o qual esclarece o anonimato dos

participantes, o objetivo da pesquisa e o uso dos dados para fins científicos. A fim de garantir o anonimato e o sigilo absoluto das unidades familiares participantes, elas foram denominadas como: unidade familiar A e B. Apresenta-se na sequência às discussões deste artigo.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

Nesta seção, apresentam-se as discussões dos resultados em dois tópicos, o perfil das agricultoras em Diamante do Sul, Paraná, Brasil e a comercialização dos produtos ecológicos e seus desafios de rentabilidade.

Perfis das agricultoras em Diamante do Sul

A agricultura familiar em inúmeros contextos tem sido reconhecida como elemento de superação da pobreza no meio rural e potencializadora de mercados locais. Ela tem se constituído responsável pela garantia da segurança alimentar, por práticas orgânicas e formas diferenciadas de relação e tratamento destinadas ao meio ambiente. Além disso, a agricultura familiar, com produção agroecológica, se constitui em modelo para a produção de alimentos numa perspectiva sustentável. Santos & Cândido (2013), apontam para a agricultura familiar como o setor cuja metodologia complementa o paradigma da sustentabilidade, caracterizado na adaptação e viabilidade da produção em pequena escala.

Neste sentido, a agricultura familiar tem papel fundamental na produção de alimentos de forma convergente com os desafios de construção de um desenvolvimento sustentável, que atenda as atuais gerações sem comprometer a qualidade de vida das futuras gerações, conforme Ahlert (2003) já defendia em meados da década de 1990:

[...] um desenvolvimento sustentável que satisfaça as necessidades das gerações presentes sem sacrificar as gerações futuras; que promova qualidade de vida sem comprometer a sustentabilidade dos ecossistemas, que transforme as relações de gênero, que estimule a vida comunitária e a cidadania e efetive o direito inalienável das crianças (p. 171).

De acordo com Oliveira, Grisa & Nierdele (2020), a agricultura familiar representa uma nova lógica mercantil, que se baseia em laços culturais, comunitários, sociais e políticos, em busca do fortalecimento de práticas agroecológicas.

No presente estudo, a partir da análise de casos de duas agricultoras familiares em Diamante do Sul, foi possível verificar infraestruturas diferentes, porém, muitos aspectos semelhantes em questões produtivas como a produção orgânica e a ocupação principal, por exemplo. O Quadro 1 mostra as características das unidades pesquisadas e o perfil das entrevistadas.

Quadro 1.

Perfil das entrevistadas e características das unidades pesquisadas, Diamante do Sul, Paraná, Brasil, 2021.

	Unidade familiar A	Unidade familiar B
Comunidade	Alto Pinhalito	
Sexo	Feminino	
Estado civil	Casada	
Tamanho da propriedade	Até 5 ha.	
Escolaridade	Ensino fundamental completo	
Filhos	3	1
Tempo na propriedade	5 anos	3 anos
Origem da propriedade	Comprada	Herança
Idade	39 anos	25 anos
Produção	Orgânica	
Ocupação principal	Hortaliças	
Produção para subsistência	Milho, feijão, mandioca, batata inglesa e morango	Feijão, mandioca, milho, galináceos e frutíferas
Fonte de renda extra	Não	Sim
Mercados institucionais	Programa de Aquisição de Alimentos – PAA/ Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	
Mão-de-obra extra	Não	
Assistência técnica	Instituto Paranaense de Assistência e Extensão Rural - EMATER/PR	

Fonte: dados da pesquisa, 2021.

Constatou-se que em relação aos benefícios econômicos para o sustento da família, advindos da produção agroecológica, as duas agricultoras indicam a neutralidade. Isto conduz, a interpretar que os efeitos desta prática ainda não são suficientes para assegurar com eficiência todas as necessidades da família. Desta forma, supõe-se considerar o fortalecimento de uma comunidade sustentável, a partir da valorização e aprendizagens ecológicas desenvolvidas no cotidiano (Capra, 1999).

No Quadro 1, destaca-se a ideia da produção orgânica de hortaliças comercializadas, envolvendo o amor à natureza, um ato de querer progredir, sem agredir o meio em que se vive. As duas unidades (A e B), possuem poucas diferenças de perfis, como o tempo na propriedade, que consiste em 2 anos de diferença e também na origem da propriedade, além de demonstrarem experiências distintas, a partir da idade das entrevistadas. Nesta lógica, apresenta-se na Figura 2 os produtos da unidade A.

Figura 2.

Diversidade de produtos na propriedade da unidade A



Fonte: arquivo pessoal dos autores, 2021.

A partir da diversidade de produtos na Figura 2, considera-se esta atividade um exemplo de produção orgânica, para a agricultura familiar sustentável, com pouco impacto para o meio ambiente, os produtos nas fotos são: banana, mandioca, morango e diversos tipos de alfaces. Como disse a entrevistada da unidade A: “Eu entrego alface, mandioca e feijão, né? mas é aos pouquinhos [...] tipo 10, 15 Kg. Pouca coisa e é tudo tipo de legume [...] batata doce essas coisas”.

Apresenta-se na Figura 3 a diversidade produtiva da unidade B.

Figura 3.
Diversidade de produtos na propriedade da unidade B



Fonte: arquivo pessoal dos autores, 2021.

Como se verifica (Figura 3) há maior diversificação na unidade B, porém, com produção similar nos legumes, mandiocas e principalmente alfaces. Apenas para citar, como exemplo, a unidade A, não possui galináceos, considera-se este um fator importante na perspectiva comparativa, em termos de produção alinhada à renda. Assim, constata-se que a entrevistada da unidade A não possui renda extra, enquanto a entrevistada da unidade B, trabalha fora da propriedade para aumentar sua renda e, assim, se faz presente o processo do novo rural.

Nos últimos anos, tornou-se comum a transformação do trabalho no meio rural para o novo rural, que não se restringe apenas a uma atividade, quer dizer, trabalhar em outras atividades para suprir as necessidades básicas. Pode ser válido discutir o novo rural, com a chegada da pobreza para quem se dedica à produção agrícola, debatido inicialmente por José Graziano da Silva. Ele discute o novo rural como uma nova perspectiva pela qual o autor afirma “[..] que as atividades agrícolas continuam sendo a única alternativa para uma parte significativa da população rural, especialmente dos mais pobres” (Silva, 2001, p. 43).

Nesse contexto, apesar de sua permanência recente na propriedade pesquisada, verificou-se que em relação à família das entrevistadas, ambas sempre trabalharam na agricultura e que seus pais eram agricultores. Merece atenção, portanto, a sucessão nos estabelecimentos rurais familiares, para a preservação cultural, na garantia da permanência do homem no campo e continuidade de práticas sustentáveis. Entretanto, tais apontamentos não devem ser colocados como função única dos agricultores, pelo contrário, devem se aliar a políticas públicas que ofereçam suporte para a vida e a produção no campo, conforme descrito por Toledo & Zonin (2021).

Ora, na perspectiva das políticas públicas, por exemplo, a EMATER/PR, o PAA e o PNAE, são fundamentais para a produção da agricultura familiar, já que são responsáveis para dar suporte

aos produtores, tomando de exemplo a entrevistada da unidade A, que recebeu três mil reais de ajuda para resolver um problema de falta de tela na propriedade. Sobre isso, ela disse: “eu nunca ia tirar o dinheiro da tela e do sombrite, né? Que tudo ele foi 3 mil, né? Nunca eu ia tira na horta”. As duas agricultoras fazem parte dos mesmos programas, que significa no bom funcionamento e aplicação destas políticas públicas as duas podem usufruir de assistência técnica de qualidade para produzir de forma correta, facilitando a comercialização justa e segura, na fala da agricultora.

A comercialização dos produtos ecológicos e seus desafios de rentabilidade

Outro dado importante diz respeito sobre as formas de comercialização das hortaliças e demais produtos agrícolas das duas agricultoras entrevistadas. A entrevistada da unidade familiar “A” traz elementos importantes sobre sua experiência com as políticas de desenvolvimento da agricultura familiar local e sobre a comercialização de circuito curto:

“Bão, é tipo assim, né? Eu preparo aqui no campo e como não tem condições de levar lá, então eles vem buscar [...] eles buscam as verduras [...] ela é tipo assim, a cada 15 dias, 30 dias. Quando eu vendo aqui em casa geralmente as pessoas vem me procura aqui. Eles tão passando na estrada me vê eu colhendo feijão e daí eles procuram aqui né. (Unidade A).

Da mesma forma, a entrevistada da unidade “B” relatou: “[...] a venda nós fazemos pra prefeitura, nos mercados do Diamante, as pessoas também busca aqui em casa [...] algumas manda no WhatsApp e depois vem buscar” (Unidade B).

Circuito curto é uma estratégia para suprir as necessidades de produtores e consumidores na tentativa de se relacionar, mas, deve-se à falta de investimentos pelos responsáveis que deveriam facilitar os recursos para criar uma estratégia de divulgação e um plano de comercialização para vender os produtos da produção agrícola. Tal ausência implica diretamente nas decisões diárias de quem convive com os desafios, a comercialização seja em feiras nas comunidades, a utilização de canais de venda como os aplicativos WhatsApp e outros, sempre os produtores devem poder contar com as políticas públicas de assistência ao fornecer apoio para uma produção e distribuição de qualidade (Exime et al., 2021).

Quando questionadas sobre a renda gerada com as hortaliças e sua relação com a manutenção familiar, as agricultoras fizeram a seguinte afirmação: “Meu trabalho aqui é bem manual, não posso fazer mais de 40 pé de alface, não posso entregar [...] tinha que ser mais coisa para poder dar renda boa, né. A renda é pouquíssima, mas acho que um pouco ajuda” Ainda na perspectiva da agricultora A, “[...] o lucro é baixíssimo o mais de dinheiro que eu consegui nessas entrega é 400 reais, que não dá pra fazer nenhum rancho [...]”. Já na unidade familiar “B” a agricultora afirmou que em função da atuação recente com hortaliças, a geração de renda não é suficiente para manter todos os membros da família: “Não, ainda não, a venda das verduras não é suficiente pra nós se manter porque nós ainda estamos começando agora” (Unidade B).

Quando discutimos o Quadro 1, percebe-se o tamanho das propriedades de até 5 hectares de terra, pela qual as agricultoras possuem suas casas e áreas reservadas para culturas. De acordo com Schneider et al. (2009), o espaço disponível para a produção, possui forte impacto sobre a renda dos

agricultores, mesmo aplicando tecnologias, refere-se a quantidade de produtos que consegue fornecer, tal situação implica nos valores de vendas e nos custos. Realmente a situação das duas agricultoras se encontra em uma falta de renda, por produzirem muito pouco e de forma manual.

Por outro lado, a entrevistada da unidade “B” explicou porque gostaria de seguir na atividade de cultivo de hortaliças, mesmo com uma rentabilidade insuficiente e aponta o motivo pelo qual produz suas mudas como relatar a seguir:

“nóis escolhimos as hortaliças por questão da gente já ter né o nosso sítio, então a gente queria tirar o lucro daqui, né? Sem precisar investir em outras coisas, então é por isso. A gente está gostando, tá bem legal, a gente produz as nossas próprias mudinhas desde o início ao fim [...] no caso a gente tem as mudas porque não tava pensando comprar a muda e plantar pra revender, porque a gente revende barato porque a gente quer que todos consigam se alimentar com produtos bons, saudável [...] não com valor alto, assim todo mundo consegue comprar de você”.

Nesse sentido, pode-se acrescentar a esta discussão o relato com os benefícios desta produção agroecológica, segundo a compreensão das agricultoras:

“Bom é porque tipo eu como coisa saudável com as crianças né e o benefício também para mim que eu não vou precisar comprar um milho não precisa comprar o feijão também, né? [...] Aqui não, aqui você tem tudo, tem o milho, o feijão a batata e a mandioca, tem tudo” (Unidade A).

De forma semelhante, a entrevistada da unidade B faz uma afirmação muito semelhante, com destaque para a qualidade da alimentação familiar: “Temos dois benefícios: ajuda na nossa renda dentro de casa e a gente também tem a alimentação, né? [...] Produto orgânico e saudável”. Nesta perspectiva, o Altieri (2012), afirma que são fundamentais para a segurança alimentar de todo o planeta, pequenas propriedades preservam os recursos naturais, assim mais produtivas em relação a grandes propriedades de monoculturas, além de garantirem a sustentabilidade e sustentarem a biodiversidade livre.

Verifica-se, pois, que as agricultoras retrataram a segurança alimentar saudável, oferecendo fortes indícios de práticas agroecológicas, que envolvem a solidariedade, o fortalecimento da vida no campo e a autonomia produtiva. Apesar disso, também se notam falhas nas políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar, já que as pesquisadas afirmam que as grandes dificuldades não estão relacionadas apenas com a geração de renda, mas também na aquisição e preço das mudas de hortaliças cultivadas. Outrossim, fica claro que as agricultoras produzem as hortaliças para proporcionar benefícios comunitários, familiares e em prol da soberania alimentar, conforme os resultados obtidos por Rocha et al. (2020).

Apesar dos benefícios, identificaram-se impasses e demandas técnicas e de insumos, relatadas pelas agricultoras entrevistadas. A entrevistada da unidade A explica com a seguinte fala:

“Poderia ajudar assim tipo arrumando a semente, né? O adubo, que eles dizem que arruma mas pra mim até agora eles não arrumaram [...] eles até trouxeram pra outros, mas pra mim até agora não chego [...] tô torcendo que chegue. Mais as sementes e o adubo porque são coisas que são difíceis de conseguir, tipo, você vai comprar uma muda de alface é tipo assim, é uns 25 centavo, né cada. Mas você vai comprar uma bandeja é 20 real, né? Daí para você comprar todo mês esses 20 reais aí pra quem tira tipo 180 real,

140, 80 real por dia de lucro, né? Tipo assim, não vai dar nada, né? você vai comprar só as muda e o dinheiro acaba daí você vai vende tipo não pode vender mais de 40 pé de alface você vende aí 40 pé de alface [...] aí o restante estraga tudo tem que dar pros bicho come, daí é um prejuízo [...] tipo cê gasta aí 200 real de muda, você tira só 180, nem o que você investe você não tira. É muito pouco é eu só faço isso tipo [...] lido na horta pra não ficar a toa, né? porque eu tô lidando na horta, eu tenho as minha alface, tô lidando na horta, tenho meus repolhos, tenho meu tomate, né? minha cebolinha não precisa comprá. eu tenho tudo que eu preciso eu tenho na horta. Então eu faço isso mais lá pra arruma pras pessoa que não tem [...] tipo é mais pra doá do que pra ganhá. [...] uma melhoria boa seria é a água da rua. Os vizinho que eu conheço tem uma melhoria, tem água da rua. [...] eu gostaria que eles abrisse tipo uma [...] tipo assim uma coisa de muda, né? pra auxilia e oferece pros agricultores e pros que precisam e não tem condição de compra”.

Além disso, foram relatadas outras dificuldades, tais como problemas de assistência técnica deficiente e aumento de insetos-praga, devido à seca e altas temperaturas que o município vem enfrentando:

“[...] a gente tem um problema com adubo [...] Que tipo recentemente não faz uma semana a gente conseguiu um pouco, né? O prefeito mandou pra gente, mas a gente ficou um ano esperando esse adubo vim. Daí a gente ficava no corre, né? falava com um fazendeiro, falava com outro, nós ia buscar, enchia o carro e tal e trazia pra casa. Agora a gente ganhou. Outra coisa são as pragas, que tipo aqui no Diamante a gente não tem técnico pra vim [...] a que tinha saiu [...] e ninguém vem fazer a visita e acompanha a gente [...] tem muitas pragas agora com esse calor. Daí tem coisa que a gente preferiu não plantar, esperamos chover pra pode plantar, as vezes até perdemos algumas mudinha, alguma coisa, mas não tem o que fazer, né? porque não tem como você tá passando veneno nas coisas” (Unidade B).

Percebe-se uma falta de políticas públicas para resolver esse problema de assistência técnica, que deveria ser responsabilidade de instituições como a EMATER, que deveria servir como agência de desenvolvimento. Porém, as limitações são percebidas a partir da falta de produtos que têm o papel de alavancar a agricultura familiar, criando-se interesses contrários às necessidades e à importância da produção.

De acordo com Sepulcri & de Paula (2008) além das vontades políticas que precisa para manter o bom funcionamento de ajudar aos agricultores, é necessário se atentar a dois aspectos importantes, o primeiro que se refere a oportunidade para geração de rendas para quem produz e o segundo que são as ajudas, os apoios que precisam ter para alcançar suas produções. Aplica-se no contexto de vida das duas agricultoras deste artigo, seus perfis indicam não ter uma ajuda e apoio constantes das políticas públicas e os responsáveis que atuam nos poderes públicos da sua cidade, afeta diretamente a suas rendas e as produções.

Desta forma, outro programa PAA, criada em 2003¹, com o objetivo atrelado a esta discussão, no quesito de ajudar para impulsionar o desenvolvimento da agricultura familiar, proporcionando uma renda melhor aos agricultores de pequenos portes. Neste sentido, entende-se

¹ O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi criado pelo Governo Federal a partir do art. 19 da Lei nº 10.696.

que a PAA, possui um papel fundamental para o progresso dos agricultores, permitindo uma boa produção para facilitar o acesso de produtos saudáveis e de qualidade a população. Assim, esses aspectos incentivam melhoria na educação, saúde, inclusão social e um desenvolvimento econômico dos produtores (Santana, Ferreira & de Souza, 2020)

Ora, no contexto da produção, as agricultoras não possuem grandes diferenças de produtos nas propriedades, portanto, vale ressaltar a importância das políticas públicas para o progresso das produções agrícolas. Entende-se que o novo rural, debatido neste trabalho é de tempo completo pelo fato que entrevistada da unidade B, exerce atividades fora da área agrícola, eis a comparação das fontes de rendimento das mesmas. As evidências constatadas neste estudo, mostram que existem poucas diferenças, mas as suas ideias de construção, de trabalho e de amor, que possuem pela natureza em função dos cuidados na produção orgânica e ecológica de qualidade, fazendo suas produções se tornarem únicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo buscou-se discutir aspectos das condições de produção agroecológica e de renda na agricultura familiar em Diamante do Sul, estado do Paraná, Brasil. Foi possível constatar que a agricultura orgânica desenvolvida pelas entrevistadas constitui elemento de reprodução social no campo, manutenção familiar, que se baseia no emprego de práticas sustentáveis e diversificadas.

Além da grande diversidade de produtos, mesmo com pouco espaço disponível para a produção, as duas agricultoras demonstram um cuidado especial com o meio ambiente. Nesse sentido, a valorização das suas produções orgânicas representa um sinal de preocupação com a saúde dos consumidores, em fornecer produtos ecológicos de qualidade.

Observa-se que a agricultora da unidade A tem recebido ajuda de custo para impulsionar a sua produção, ao contrário da agricultura da unidade B. Assim, seria muita negligência não deixar evidente uma crítica à falta de insumo, que não chega para as duas agricultoras, pois, constata-se demora constante para receber ajudas por parte dos responsáveis pelas políticas públicas para a área, que devem cumprir com a assistência técnica e do próprio poder público, quer dizer a prefeitura da cidade.

Conclui-se também que as rendas das propriedades não são suficientes para a manutenção familiar suprir necessidades econômicas e o desenvolvimento da comunidade. No caso da renda da agricultura da unidade A, que gira em torno de 400,00 reais, nota-se que esta é insuficiente para comprar mudas e outros insumos para a produção. Já a agricultora da unidade B, que possui outro emprego como renda extra, se constitui em exemplo do novo rural.

Nota-se que este estudo abrange duas propriedades apenas, o que não configura uma perspectiva quantitativa não oferecendo dados suficientes para as afirmações evidenciadas nos parágrafos anteriores. Entretanto, permite evidenciar dados e conclusões parciais que abrem importante caminho para reflexões e estudos sobre o tema tão pertinente para a agricultura familiar. Além disso, a pesquisa trouxe em seu bojo problemas evidenciados anteriormente, o que permite sugestões para estudos futuros que ampliem essa discussão, com foco nas políticas públicas, suas

ausências ou não aplicações e execuções devidas, nas questões que afetam a segurança alimentar e a pobreza rural.

REFERÊNCIAS

- Ahlert, A. (2003). A eticidade da educação: o discurso de uma ética solidária/universal. Ijuí: Editora Unijuí.
- Altieri, M. A. (2012). Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. Expressão popular. Ed.3. São Paulo.
- Capra, F. (1999). A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. Trad. Newton Roberval Eicheberg. São Paulo: Cultrix.
- Exime, E., Reis, C. M. dos., Costa, M. L., Gonzalez, A. C., Costa Junior, J. M. & Zonin, W. J. (2021). Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável: uma caracterização da feira do produtor rural no município de Marechal Cândido Rondon - Paraná, Brasil. Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento, 10 (1), e20310111462. <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i1.11462>
- Farias, J. L. S., Fernandes, F. E. P., Fernandes, C. S. & Machado, A. B. N. (2017). Construção social de mercados: estratégia de fortalecimento da autonomia dos agricultores familiares no semiárido brasileiro. Agroalimentaria, 23(44), 153-168.
- Gil, A. C. (2008). Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. São Paulo: Editora Atlas.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. (2010) Censo demográfico 2010. Rio de Janeiro: Ibge.
- Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social [IPARDES] (2019). Índice de Desenvolvimento Humano Municipal segundo os municípios do Paraná - 1991/2000/2010. Disponível em: http://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos_restritos/files/documento/2019-09/SOCIAIS_idh_municipios_pr.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2021.
- Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social [IPARDES]. (2021) Caderno estatístico município de Diamante Do Sul. Curitiba: IparDES.
- Lakatos, E. M. & Marconi, M. A. (2003). Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Editora Atlas.
- Oliveira, D., Grisa, C. & Nierdele, P. (2020). Inovações e novidades na construção de mercados para a agricultura familiar: os casos da Rede Ecovida de Agroecologia e da RedeCoop. Redes, 25(1), 135-163.
- Ploeg, J. D. V. D. (2014) Dez qualidades da agricultura familiar. Revista Agriculturas: experiências em agroecologia, 1(1), 3-14.
- Prefeitura Municipal de Diamante Do Sul. (2016). Plano Municipal de Saneamento Básico Município de Diamante do Sul/Paraná. Diamante do Sul: Sanepar/Emater.
- Santana, M. B., Ferreira, B. O. & De Souza, R. K. S. (2020). Programa de Aquisição de Alimentos: Análise do Desenvolvimento Socioeconômico de Agricultores Familiares. Revista DELOS, (13)37. Disponível em: <https://www.eumed.net/es/revistas/delos/vol-13-no-37-diciembre-2020/agricultores-familiares>. Acesso em: 30 dez. 2021.
- Rocha, G. S. R., Kuchak, M. L., Oliveira, D. S. M., Rocha, P. D. & Andreatta, T. (2020). Olericultura como forma de viabilização de renda na agricultura familiar: um estudo de caso no município

- de Boa Vista das Missões – RS. Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo, 5(2), 82-100.
- Santos, J. G. & Cândido, G. A. (2013). Sustentabilidade e agricultura familiar: um estudo de caso em uma associação de agricultores rurais. Revista de Gestão Social e Ambiental - RGSA, 7(1), p. 70-86.
- Silva, J. G. da. (2001). Velhos e novos mitos do rural brasileiro. Estudos Avançados, 15(43), 37-50.
- Sepulcri, O., & de Paula, N. M. (2008). O Estado e seus impactos na Emater-Pr. Revista Paranaense de desenvolvimento, (114)1, 87-110.
- Schneider, S., Conterato, M. A., Koppe, L. R., & Silva, C. B. D. C. (2009). A pluriatividade e as condições de vida dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul. A diversidade da agricultura familiar. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009. p. 139-166.
- Suporte Geográfico 77. (2021). Mapas. Disponível em: < <https://suportegeografico77.blogspot.com/>>. Acesso em: 27 dez. 2021.
- Toledo, E. N. B. & Zonin, V. J. (2021). A sucessão geracional no meio rural em cinco estados brasileiros: possibilidades e limites. Emancipação, 21(1), 1-16.
- Zanini, E. de O., Soares, S. C. & Ahlert, A. (2021). A alimentação como direito humano: perspectivas éticas e bioéticas. Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento, 10(10), pág. e100101018677. DOI: 10.33448/rsd-v10i10.18677. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/18677>. Acesso em: 30 dez. 2021.